

Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada

IPMMI

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31

de dezembro de 2024 e de 2023 e o Relatório dos

Auditores Independentes

Ribeirão Preto (SP), 11 de abril de 2025

Aos Srs.

Presidente, Vice-Presidente e Conselheiras do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI

REF.: Relatório dos Auditores Independentes - exercício de 2024

Encaminhamos em anexo o Relatório dos Auditores Independentes sobre o exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2024.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar uma via protocolada para nosso controle.

Agradecemos desde já a atenção dispensada e encontramos-nos a disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Teorema Auditores Associados SS.

CRC 2SP039108

FLORIVAL JOAQUIM
MARTINS:74705059
891

Assinado de forma digital por
FLORIVAL JOAQUIM
MARTINS:74705059891
Dados: 2025.04.11 13:05:08
-03'00'

Florival Joaquim Martins

Contador

CRC 1SP097926/O-4

Conteúdo:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

À

Presidente, Vice-presidente e Conselheiras do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada – IPMMI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada – IPMMI, em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos:

Conforme o parágrafo 6º do artigo 30 da Portaria 834 do Ministério da Saúde, as demonstrações contábeis auditadas representam a real situação patrimonial e financeira da entidade.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, cujo relatório datado de 04 de abril 2024, assinado eletronicamente no dia 04 de abril de 2024, não continha ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, planejamos e executamos procedimentos de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que poderiam ser identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 11 de abril de 2025.

Teorema Auditores Associados SS.

CRC 2SP039108

FLORIVAL JOAQUIM

MARTINS:74705059

891

Florival Joaquim Martins

Responsável Técnico

Contador CRC 1SP097926/O-4

Assinado de forma digital por
FLORIVAL JOAQUIM
MARTINS:74705059891
Dados: 2025.04.11 13:05:32
-03'00'

INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSÕES DE MARIA IMACULADA

Rua Major Antônio Domingues, 244

São José dos Campos / São Paulo (SP)

CNPJ Nº 60.194.990/0001-78

Balço Patrimonial

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.612	32.539	Fornecedores	12	72.104	62.794
Contas a receber	7	130.213	92.100	Empréstimos e financiamentos	13	6.429	4.601
Adiantamentos a terceiros		4.368	3.540	Obrigações sociais e trabalhistas	14	41.663	38.135
Subvenções governamentais a receber	8	20.963	21.665	Obrigações tributárias		3.570	3.326
Estoques	9	48.134	44.510	Adiantamento de clientes		5.253	3.840
Outras contas a receber		346	345	Provisão para contingências	16	1.793	1.737
Despesas antecipadas		119	414	Subvenções governamentais a realizar	8	29.609	33.155
Total ativo circulante		237.755	195.113	Outras contas a pagar	15	9.348	16.972
				Estoque em consignação	9	29.206	28.812
				Total passivo circulante		198.975	193.372
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		138	321	Empréstimos e financiamentos	13	-	530
Imobilizado de Investimentos	10	11.579	11.579	Subvenções governamentais a realizar	8	81.555	86.126
Investimentos		107	102	Outras contas a pagar	15	10.075	10.416
Imobilizado	10	356.153	363.552	Bens em comodato	10	208	207
Intangível	11	1.061	1.270	Total passivo não circulante		91.838	97.279
Total ativo não circulante		369.038	376.824	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	19	281.286	250.224
				Déficit/Superavit do Exercício		34.694	31.062
				Total do patrimônio líquido		315.980	281.286
Total ativo		606.793	571.937	Total passivo		606.793	571.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada
Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais líquidas			
Receita líquida de prestação serviço - Saúde	20	965.913	854.542
Receita líquida de prestação serviço - Assistência Social	20	4.391	3.423
Receita líquida de prestação serviço - Atividade Sustentável	20	9.848	8.633
Receita líquida de prestação de serviços - Trabalho Voluntário	20	46	35
		980.198	866.633
Custos e despesas operacionais			
Custos e despesas operacionais - Saúde	21	(913.823)	(804.275)
Custos e despesas operacionais - Assistência Social	21	(4.118)	(3.771)
Custos e despesas operacionais - Atividade Sustentável	21	(11.044)	(10.186)
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário	21	(46)	(35)
Isenção Cota Patronal e Cofins	18	97.857	85.109
(-) Isenção Cota Patronal e Cofins	18	(97.857)	(85.109)
		(929.031)	(818.267)
Superávit (Déficit) operacional bruto		51.167	48.366
Outras despesas operacionais líquidas			
Outras receitas e despesas operacionais	23	(16.112)	(16.376)
Superávit (Déficit) operacional antes do resultado financeiro		35.055	31.990
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	24	3.082	3.001
Despesas financeiras	24	(3.443)	(3.929)
		(361)	(928)
Déficit/Superavit do exercício		34.694	31.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIÃOÁRIAS DE MARIA IMACULADA

Rua Major Antônio Domingues, 244

São José dos Campos / São Paulo (SP)

CNPJ Nº 60.194.990/0001-78

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Déficit/Superavit do exercício	34.694	31.062
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	34.694	31.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superavit/ (Déficit) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	253.988	(3.765)	250.224
Transferência para patrimônio social	(3.765)	3.765	-
Ajuste de exercícios anteriores	-		-
Superavit do exercício		31.062	31.062
Saldo em 31 de dezembro de 2023	250.223	31.062	281.286
Transferência para patrimônio social	31.062	(31.062)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-		-
Superavit do exercício		34.694	34.694
Saldo em 31 de dezembro de 2024	281.286	34.694	315.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Ajustes por:			
Superavit do exercício		34.694	31.062
Depreciações	10	23.018	20.411
Amortização	11	384	367
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	7	(3.948)	(1.038)
Saldo residual da baixa de bens e Intangível	10 e 11	1.432	237
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida	16	56	293
		<u>-</u>	<u>-</u>
		55.636	51.332
(Aumento) redução das contas do ativo		-	-
Contas a receber		(34.164)	(4.751)
Estoques		(3.624)	(6.554)
Subvenções a Receber		702	4.839
Outros créditos		293	(98)
Depósitos judiciais		183	7
Adiantamentos		(828)	8.505
Aumento (redução) das contas do passivo		-	-
Fornecedores		9.310	(5.031)
Salários e contribuições sociais		3.528	3.132
Impostos e contribuições a recolher		244	731
Subvenção a pagar		(8.122)	(8.312)
Bens de Direito de Terceiros		-	-
Outras contas a pagar e provisões diversas		(6.157)	1.424
		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		17.001	45.224
Fluxo de caixa das atividades de investimento		-	-
Aquisições de bens do ativo investimentos		-	(1)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	10	(17.051)	(30.553)
Aquisições de bens do ativo intangível	11	(175)	(1.435)
		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		(17.226)	(31.989)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	13	184.456	355.921
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(183.158)	(364.064)
		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.298	(8.143)
		<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.073	5.092
		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		32.539	27.447
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		33.612	32.539
		<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.073	5.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI ("Entidade" ou "Instituto") foi fundado em 1932, na cidade de São José dos Campos/SP. Entidade assistencial, beneficente e filantrópica, inscrita no CPNJ com o número de 60.194.990/0001-78, mantenedora de núcleos assistenciais. O Instituto destina-se à prática de todos os atos de caridade em favor de enfermos em geral, obrigando-se a manter em todas as suas casas, leitos e serviços hospitalares para uso público, sem distinção de raça, cor, sexo e religião, dedicando-se também às obras de promoção humana. Possuidora do Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social – SISCEBAS, teve o seu Certificado deferido (SEI nº 25000.219234/2018-97) conforme Portaria SAES/MS nº 1.004, de 04/10/2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 07/10/2021, com validade de 01/01/2019 a 31/12/2022.

Em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 37, da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, na qual prevê que "*§ 1º Será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação*" informamos que a entidade protocolou em 27/12/2022, *tempestivamente*, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.176710/2022-54, o qual se encontra aguardando análise.

2 Base de preparação:

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. A escrituração contábil atende a Resolução No 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a ITG 2002 (R1) publicada no DOU de 02/09/2015, a qual trata de aspectos contábeis específicos a entidades sem finalidade de lucro.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Aplicações financeiras).

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e o Real é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) **Nota explicativa nº 7** - Provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperável
- ii) **Nota explicativa nº 10** - Vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado
- iii) **Nota explicativa nº 16** - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

(iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(v) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são ajustados ao seu valor recuperável em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e provisão para redução no valor recuperável desses bens. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil. Os bens constantes do imobilizado, mas não utilizados na prestação de serviços ou atividades para investimentos foram, no exercício de 2023 transferidos para conta específica do imobilizado avaliados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações, cujo montante líquido é consistente com o valor justo dos mesmos.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou valor de construção, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, exceto para terrenos e obras em andamento, que não são depreciados.

Taxa Média Anual de Depreciação	
Edificações	4
Instalações	10
Veículos	20
Moveis e Utensílios	10
Objetos e Obras Sacras	10
Equipamentos de Informática	20
Equipamentos Hospitalares	8,33
Maquinas e Equipamentos	8,33
Instrumentos	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangíveis

Reconhecimento, mensuração e amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% ao ano.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

g. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base a melhor estimativa do risco envolvido.

i. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

j. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são utilizados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

k. Receita operacional

(i) *Prestação de serviços - Saúde médico-hospitalar*

As receitas com serviços prestados no segmento de saúde são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios e englobam as contraprestações provenientes das operações com Sistema Único de Saúde (SUS), convênios/planos de assistência à saúde, atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando o valor possa ser mensurado de forma confiável. As receitas com atendimento de serviços - saúde médico-hospitalar são apropriadas de acordo com o período da prestação do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

(ii) *Prestação de serviços - Assistência social*

A Entidade trabalha no acolhimento institucional a idosos em situação de vulnerabilidade e risco social, favorecendo a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A receita refere-se às contribuições dos atendidos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (Lei Complementar nº 187, de 16/12/21 e Estatuto Idoso), doações espontâneas e eventuais convênios com órgãos públicos.

(iii) Prestação de serviços - Atividade sustentável

A Entidade trabalha com prestações de serviços de hospedagem e atividades de aluguéis de espaços para retiros espirituais. A receita refere-se aos serviços prestados através de mensalidades, doações espontâneas e eventuais convênios com órgãos públicos.

(iv) Receita com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receitas operacionais.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos de acordo o regime de competência.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e despesas bancárias e são reconhecidas pelo regime de competência.

m. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- i)** Risco de crédito
- ii)** Risco com taxa de câmbio
- iii)** Risco de taxa de juros
- iv)** Risco de liquidez

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 25.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados nas notas explicativas nºs 3 e 25. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Segmentos operacionais

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação às áreas de atuação da Entidade e suas filiais que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade.

A Entidade possui três segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são suas áreas de atuação. As unidades mantidas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das mantidas, a Entidade analisa frequentemente os relatórios gerenciais. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Entidade:

- i) Saúde** - A Entidade oferece assistência médico-hospitalar e ambulatorial, considerando o conjunto das filiais nominadas: Hospital Madre Teresa (MG), Casa de Saúde Stella Maris (SP), Instituto

Pequenas Missionárias Maria Imaculada - Mantenedora Administração Corporativa (SP), Hospital Obra de Ação Social Pio XII (SP), Hospital Materno Infantil Antoninho da Rocha Marmo (SP), Hospital, Maternidade Marieta Konder Bornhausen (SC) e Instituto das Pequenas Missionarias de Maria Imaculada - Radioterapia (S/C).

- ii) **Assistência Social** - A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de idosos, que são desenvolvidas na filial Obra de Ação Social Pio XII (SP), como atividades secundárias (Recanto São João de Deus).
- iii) **Atividade Sustentável:** A Entidade trabalha com prestações de serviços de hospedagem, atividades de aluguéis de espaços para retiros espiritual, que são desenvolvidas nas filiais: Residencial Maria Imaculada (SP), Recanto Luiz Bertoli (SC), Obra de Assistência e Promoção Rural Cura D'ars (SP), Obra Social Madre Teresa (SC) sem atividades em construção.
- iv) No quadro abaixo, são demonstrados os resultados dos segmentos operacionais da Entidade, que são: (i) locais de desenvolvimento de atividades de negócio, que obtêm receitas e gastos; (ii) têm seus resultados revisados pelo corpo executivo responsável pela tomada de decisões e alocações de recurso e (iii) onde esteja informação financeira diferenciada.

A forma de avaliação por segmento permite o acompanhamento do desempenho das margens em separado dos diversos serviços oferecidos, dando suporte para as decisões dos executivos da Entidade. Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento, como incluído nos relatórios internos que são analisados pelas associadas da Entidade.

Informações sobre segmentos reportáveis

Quadro 1 - Receitas segmentos operacionais

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receitas Operacionais Líquidas								
Receita Líquida de Prestação Serviço	965.913	854.542	4.391	3.423	9.848	8.633	980.152	866.598
Receita Operacionais Trabalho Voluntarios	<u>46</u>	<u>35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46</u>	<u>35</u>
	<u>965.959</u>	<u>854.577</u>	<u>4.391</u>	<u>3.423</u>	<u>9.848</u>	<u>8.633</u>	<u>980.198</u>	<u>866.633</u>
Custos e despesas Operacionais								
Custos e despesas operacionais - Saúde	(913.823)	(804.275)	(4.118)	(3.771)	(11.044)	(10.186)	(928.985)	(818.232)
Custos e Despesas Serviços Voluntários	<u>(46)</u>	<u>(35)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(46)</u>	<u>(35)</u>
	<u>(913.869)</u>	<u>(804.310)</u>	<u>(4.118)</u>	<u>(3.771)</u>	<u>(11.044)</u>	<u>(10.186)</u>	<u>(929.031)</u>	<u>(818.267)</u>
Superávit (Déficit) Operacional Bruto	52.090	50.267	273	(348)	(1.196)	(1.553)	51.167	48.366
Outras receitas e despesas operacionais líquido								
Outras receitas e despesas operacionais	<u>(15.452)</u>	<u>(15.792)</u>	<u>(79)</u>	<u>(60)</u>	<u>(581)</u>	<u>(524)</u>	<u>(16.112)</u>	<u>(16.376)</u>
Deficit Operacional Antes do Resultado financeiro	36.638	34.475	194	(408)	(1.777)	(2.077)	35.055	31.990
Resultado Financeiro , líquido								
Despesas Financeiras/Receitas Financeira	<u>(360)</u>	<u>(871)</u>	<u>-</u>	<u>51</u>	<u>(1)</u>	<u>(108)</u>	<u>(361)</u>	<u>(929)</u>
Superávit (Deficit) do exercicio	<u>36.278</u>	<u>33.604</u>	<u>194</u>	<u>(357)</u>	<u>(1.778)</u>	<u>(2.185)</u>	<u>34.694</u>	<u>31.062</u>

Quadro 2a - Balanço patrimonial seguimentos operacionais - Ativo

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	31.877	30.626	596	909	1.139	1.004	33.612	32.539
Contas a receber	130.084	91.969	-	-	129	131	130.213	92.100
Adiantamento de terceiros	4.319	3.376	9	12	40	152	4.368	3.540
Subvenções governamentais a receber	20.697	21.466	266	199	-	-	20.963	21.665
Estoques	47.999	44.384	5	5	130	121	48.134	44.510
Outras contas a receber	11	11	164	153	171	181	346	345
Despesas antecipadas	97	390	6	7	16	17	119	414
Total ativo circulante	235.084	192.222	1.046	1.285	1.625	1.606	237.755	195.113
							-	-
Não circulante								
Depósitos judiciais	138	320	-	1	-	-	138	321
Outras contas a receber			-	-	-	-	-	-
Investimentos	105	101	-	-	2	1	107	102
Imoveis de Investimentos	11.815	11.579					11.815	11.579
Imobilizado	327.466	336.162	977	1072	27.474	26.318	355.917	363.552
Intangível	1.061	1.270	-	-	-	-	1.061	1.270
Total ativo não circulante	340.585	349.432	977	1.073	27.476	26.319	369.038	376.824
Total do ativo	575.669	541.654	2.023	2.358	29.101	27.925	606.793	571.937

Quadro 2b - Balanço patrimonial seguimentos operacionais - Passivo e patrimônio líquido

	Saúde		Assistência Social		Atividade Sustentável		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Fornecedores Diversos	71.656	62.508	74	85	374	201	72.104	62.794
Empréstimos e Financiamentos	6.429	4.601	-	-	-	-	6.429	4.601
Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.591	37.110	340	309	732	716	41.663	38.135
Obrigações Tributárias	3.547	3.303	7	6	16	17	3.570	3.326
Adiantamentos de Clientes	5.235	3.776	-	-	18	64	5.253	3.840
Provisão para contingências	1.793	1.737	-	-	-	-	1.793	1.737
Subvenções a Realizar	28.744	31.870	529	1.090	336	195	29.609	33.155
Outras contas a pagar	9.274	16.888	21	34	53	50	9.348	16.972
Estoques - Em Consignação	29.206	28.812	-	-	-	-	29.206	28.812
Total passivo circulante	196.475	190.605	971	1.524	1.529	1.243	198.975	193.372
Não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	-	530	-	-	-	-	-	530
Subvenções a Realizar	80.505	85.486	397	455	653	185	81.555	86.126
Outras contas a pagar	10.075	10.416	-	-	-	-	10.075	10.416
Bens em Comodato	206	205	-	-	2	2	208	207
	90.786	96.637	397	455	655	187	91.838	97.279
Patrimônio líquido								
Patrimônio social	252.588	222.567	2205	1595	26.493	26.062	281.286	250.224
Superavit no Exercício	36.279	33.603	194	(413)	(1.779)	(2.128)	34.694	31.062
Transferência Interna	(2.770)	3.176	580	(611)	2.190	(2.565)	-	-
	286.097	259.346	2.979	571	26.904	21.369	315.980	281.286
Total do passivo	573.358	546.588	4.347	2.550	29.088	22.799	606.793	571.937

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa fundo fixo	52	85
Banco conta movimento	598	310
Aplicações Financeiras	<u>32.962</u>	<u>32.144</u>
	<u>33.612</u>	<u>32.539</u>

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais.

A Entidade, na data das demonstrações financeiras, possuía saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa com utilização exclusiva, que são oriundos de recursos obtidos por emendas (também entendidas como subvenções governamentais) nas filiais da Entidade consideradas como unidades próprias no montante de R\$ 7.190 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.180) em 31 de dezembro de 2023.

A exposição da Entidade a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 25.

7 Contas a receber

	2024	2023
Saúde		
Pacientes convênios	84.662	58.918
Pacientes SUS	30.096	11.894
Pacientes particulares	3.195	1.816
Outras conta a Receber	<u>16.048</u>	<u>20.365</u>
	134.001	92.993
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(3.917)	(1.023)
Atividade sustentável		
Créditos a receber	<u>160</u>	<u>145</u>
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	<u>(31)</u>	<u>(15)</u>
	<u>130.213</u>	<u>92.100</u>

A provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização do contas a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como a média de inadimplência histórica. A Entidade tem como procedimento rever tais provisões mensalmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de análise individual de sua carteira de clientes.

Movimentação da provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperavel

Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.335
Incremento de provisão para perdas no exercício	4.459
Reversão de provisão para perdas no exercício	(5.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.038
Incremento de provisão para perdas no exercício	4.392
Reversão de provisão para perdas no exercício	(1.482)
Baixa efetiva dos títulos vencidos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>3.948</u>

8 Subvenções governamentais e compromissos por doações

As subvenções governamentais são registradas nos ativos e passivos, onde esses recursos financeiros são destinados ao custeio e investimentos, assinados entre o Instituto e os Órgãos Governamentais, para aquisição de ativos imobilizados e também subvenções obtidas para custeio de atividades médicas de terceiros, energia elétrica, estoques e para cobertura de demais despesas necessárias ao provimento de serviços de saúde do SUS, incluindo também os compromissos por doações particulares recebidas. Após efetivada sua realização através da aquisição e pagamento dos produtos e/ou serviços e investimentos, serão baixados e reconhecidos na receita (custeio) e no Ativo Imobilizado (investimento), observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

Subvenção a Receber - Ativo

Descrição	2024	2023
Subvenção a Receber - Estadual	12.532	12.675
Subvenção a Receber - Federal	8.096	6.156
Subvenção a Receber - Municipal		2.000
Subvenções/ Doações/ Auxílios a Realizar	335	834
	20.963	21.665

Subvenção a Realizar - Passivo

Descrição	204	2023
Subvenção a Realizar - Estadual	16.816	18.806
Subvenção a Realizar - Federal	8.372	6.907
Subvenção a Realizar - Municipal	2.086	4.215
Compromisso por Termo de Colaboração	336	191
Subvenções/ Doações/ Auxílios a Realizar	265	199
Compromisso por Subvenção	264	892
Compromisso por Auxílio	0	0
	28.139	31.210

Doações a Realizar

Descrição	2024	2023
Doação - Estadual	69	639
Doação - Pessoa Física	0	4
Doação - Pessoa Jurídica	1.401	1.302
	1.470	1.945
	29.609	33.155

Total dos Valores a realizar e Compromissos

	Subvenção a Realizar - Federal	Subvenção a Realizar - Estadual	Subvenção a Realizar - Municipal	Compromisso por Termo de Colaboração	Subvenção, Doações e Auxílios a Realizar	Compromisso por Auxílios e Subvenções	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.397	16.254	1	(48)	199	453	22.303
Adições/ Recebimentos	2.580	68.760	0	199	2.389	2.415	76.342
Rendimentos de Aplicações Financeiras	110	1.774	(1)	11	0	16	1.909
Utilização	(1.791)	(54.377)	0	(132)	0	(2.036)	(58.335)
Tarifas Bancárias	0	(0)	0	0	0	0	(0)
Devolução de Saldo Remanescente	(85)	(231)	0	0	0	(2)	(318)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.211	32.179	(0)	30	2.588	845	41.901
Adições/ Recebimentos	1.945	21.500	4.188	0	(2.389)	2.579	27.824
Rendimentos de Aplicações Financeiras	63	711	27	0	0	40	841
Utilização	(852)	(35.184)	0	0	0	(2.460)	(38.495)
Tarifas Bancárias	0	0	0	0	0	(0)	(0)
Devolução de Saldo Remanescente	(460)	(400)	0	0	0	0	(860)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.907	18.807	4.215	30	199	1.005	31.210
Adições/ Recebimentos	2.670	9.068	2.072	0	66	3.293	17.169
Rendimentos de Aplicações Financeiras	37	439	79	0	0	24	579
Utilização	(1.170)	(11.452)	(4.171)	0	0	(3.791)	(20.584)
Tarifas Bancárias	0	(1)	0	0	0	0	(1)
Devolução de Saldo Remanescente	(72)	(46)	(109)	0	0	(8)	(235)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.372	16.815	2.086	30	265	522	28.139

	Doação Estadual	Doação - Pessoa Física	Doação - Pessoa Jurídica	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	678	0	1.056	1.734
Adições/ Recebimentos	0	0	746	746
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	1	1
Utilização	(534)	0	(574)	(1.107)
Tarifas Bancárias	0	0	0	0
Devolução de Saldo Remanescente	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2022	144	0	1.230	1.374
Adições/ Recebimentos	888	4	795	1.687
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	1	1
Utilização	(396)	0	(725)	(1.121)
Tarifas Bancárias	0	0	0	0
Devolução de Saldo Remanescente	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2023	635	4	1.302	1.941
Adições/ Recebimentos	0	0	2.096	2.096
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	2	2
Utilização	(566)	(4)	(1.998)	(2.568)
Tarifas Bancárias	0	0	0	0
Devolução de Saldo Remanescente	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69	0	1.401	1.470

9 Estoques

	2024	2023
Ativo circulante		
Estoques de materiais hospitalares	18.928	15.698
Estoques em consignação	29.206	28.812
	<u>48.134</u>	<u>44.510</u>
Passivo circulante		
Estoques em consignação	<u>29.206</u>	<u>28.812</u>

- (i) **Estoques em consignação:** estoque de material de órteses e próteses para cirurgias de grande porte, de propriedade de terceiros em poder da unidade, conforme contrato firmado entre o fornecedor e a unidade, e que são faturados e reconhecidos no resultado do exercício como custos e despesas mediante consumo.

10 Ativo imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias Imóveis de Terceiros	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Objetos e obras sacras	Equipamentos de informática	Equipamentos hospitalares	Máquinas e equipamentos	Instrumentos	Propriedade Investimento	Bens em comodato	Transitória Imobilizado	Imobilizado em andamento	Total
Custo																
Saldo em 1º de janeiro de 2023	170.496	66.185	6.217	25.526	1.501	18.483	543	10.117	128.645	12.282	968	11.579	928	39.210	4.815	497.496
Adições	-	3.017	-	1.043	735	1.287	2	490	7.954	472	452	-	-	14.200	901	30.553
Baixas	-	(200)	-	(2)	(48)	(14)	(1)	(241)	(104)	(135)	-	-	-	0	-	(746)
Transferências	-	-	-	194	-	1.472	-	6.058	9.408	3	-	-	-	(17.232)	(3)	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	170.496	69.002	6.217	26.762	2.187	21.229	543	16.424	145.903	12.623	1.420	11.579	928	36.178	5.713	527.204
Adições	-	2.473	92	3.971	330	1.588	-	328	5.156	592	54	-	-	1.911	318	17.051
Baixas	-	-	-	(44)	(69)	(45)	-	(12)	(802)	(100)	-	-	-	(8)	(1.323)	(2.404)
Transferências	-	-	-	2.047	-	1.976	-	1.182	12.601	83	5	-	-	(17.607)	-	287
Saldo em 31 de dezembro de 2024	170.496	71.476	6.310	32.736	2.448	24.748	543	17.922	162.858	13.198	1.479	11.579	928	20.474	4.708	542.138
Depreciação/ Amortização																
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	(21.016)	(3.201)	(14.899)	(1.021)	(14.849)	(337)	(7.453)	(62.474)	(6.582)	(438)	-	-	-	-	(132.271)
Adições	-	(2.629)	(1.070)	(1.885)	(294)	(980)	(38)	(1.657)	(10.880)	(927)	(131)	-	-	80	-	(20.411)
Baixas	-	3	-	2	41	13	1	236	60	133	-	-	-	-	-	489
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	(7)	127	-	-	-	-	-	-	120
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(23.642)	(4.271)	(16.782)	(1.274)	(15.816)	(375)	(8.880)	(73.167)	(7.376)	(569)	-	-	80	-	(152.073)
Adições	-	(2.745)	(1.075)	(2.112)	(309)	(1.161)	(36)	(2.061)	(12.420)	(953)	(146)	-	-	-	-	(23.018)
Baixas	-	-	-	0	65	37	-	12	479	91	-	-	-	-	-	685
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(26.387)	(5.346)	(18.894)	(1.517)	(16.940)	(411)	(10.929)	(85.108)	(8.238)	(716)	-	-	80	-	(174.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	170.496	45.088	963	13.842	931	7.808	132	6.992	77.750	4.960	763	11.579	928	20.553	4.708	367.732
Valor contábil em 31 de dezembro de 2023	170.496	45.360	1.946	9.979	914	5.413	169	7.543	72.737	5.247	850	11.579	928	36.257	5.713	375.131

11 Intangível

	Sistema de Informática	Licença Sistema de Informática	Total
Custo			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	15	1.528	1.543
Adições	-	1.435	1.435
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15	2.964	2.978
Adições	-	175	175
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de outubro de 2024	15	3.139	3.153
			-
			-
Depreciação/ Amortização			-
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(15)	(1.326)	(1.341)
Adições	-	(367)	(367)
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(15)	(1.694)	(1.708)
			-
Adições	-	(384)	(384)
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de outubro de 2024	(15)	(2.078)	(2.092)
			-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	1.061	1.061
Valor contábil em 31 de dezembro de 2023	-	1.270	1.270

12 Fornecedores

		2024	2023
Saúde			
Fornecedores de materiais e medicamentos	(i)	19.078	16.748
Fornecedores de serviços médicos	(ii)	565	886
Fornecedores de serviços diversos	(iii)	13.464	8.621
Fornecedores de OPME	(i)	38.551	34.199
Fornecedores de serviço de manutenção	(iii)	-	2.054
		<u>71.656</u>	<u>62.508</u>
Assistência social			
Fornecedores assistência social		<u>74</u>	<u>85</u>
Atividade sustentável			
Fornecedores de serviços diversos		355	197
Fornecedores de Serviços e Mat/Medicamentos		<u>19</u>	<u>4</u>
		<u>374</u>	<u>201</u>
		<u>72.104</u>	<u>62.794</u>

- (i) Insumos médico-hospitalares, como medicamentos, próteses, órteses e materiais especiais.
- (ii) Fornecedores a pagar relacionados a honorários médicos especializados, como radiologia, laboratório, bancos de sangue, radioterapia e UTI.
- (iii) Serviços diversos relacionados a manutenção de ativos e sistemas; honorários especializados, como advogados, auditorias de processos e consultoria de sistemas; serviços de portaria, vigilância e limpeza, conservação e remoção de resíduos hospitalares.

13 Empréstimos e Financiamentos

	Taxa de juros nominal	Vencimento	2024			2023		
			Valor contábil	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Até 1 ano	Acima de 1 ano
SICOOB CREDICOM HMT- CONTRATO 104992-4	3,96%a.a	15/01/2024	0	0	0	34	34	0
SICOOB CREDICOM HMT- CONTRATO 126783-7	3,96%a.a	31/07/2025	0	0	0	2.179	1.649	530
Banco SICOOB CREDICOM - CSSM	1,43%a.m	31/12/2024	0	0	0	2.837	2.837	0
BRADESCO - CONTRATO 2914387492	-	31/03/2021	0	0	0	81	81	0
Banco Bradesco IPMMI	1,10%a.m	28/03/2025	1.684	1.684	0			
Banco SISPRIME CSSM	1,23%a.m	10/05/2025	1.745	1.745	0			
Banco SISPRIME HARM	1,23%a.m	10/05/2025	3.000	3.000	0	0	0	0
			6.429	6.429	0	5.131	4.601	530
Juros a incorrer			0	0	0	0	0	0
			6.429	6.429	0	5.131	4.601	530
Circulante			6.429			4.601		
Não circulante			0			530		

- (i) Conta garantida com instituições financeiras.
- (ii) Refere-se a recursos adiantados associados ao convênio privado que são amortizados mensalmente com base na produção incorrida do Hospital Madre Teresa.

As operações de financiamentos têm como finalidade principalmente a aquisição de bens patrimoniais e empréstimos tomados no mercado financeiro para suprir as deficiências de capital de giro.

Para mais informações sobre a exposição da Entidade a riscos de taxa de juros, câmbio e liquidez decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 25.

Garantias oferecidas,

A Administração ofereceu garantias para suas operações de empréstimos e financiamentos, carteira de recebíveis de convênios privados e SUS e aplicações financeiras.

Cláusulas restritivas (Covenants)

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas de *covenants* não financeiros. Todas as cláusulas são atendidas pela entidade.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Provisão de férias e encargos sociais	23.372	21.590
Salários e ordenados a pagar	13.679	12.281
Encargos sociais	<u>4.612</u>	<u>4.264</u>
	<u>41.663</u>	<u>38.135</u>

15 Outras contas a pagar

	2024	2023
Contas a pagar diversas	8.939	15.490
Aluguéis de bens móveis e imóveis	409	1.482
	<u>9.348</u>	<u>16.972</u>
Circulante	9.348	16.972
Não circulante	10.075	10.416

16 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2024	2023
Cíveis	159	251
Trabalhistas	<u>1.634</u>	<u>1.486</u>
	<u>1.793</u>	<u>1.737</u>

A Entidade em 31 de dezembro de 2024 possuía processos em andamento movidos contra suas filiais. O risco econômico envolvido nesses processos soma o equivalente à R\$ 1.793 (R\$ 1.737 em 2023) envolvendo causas com risco provável de perda, conforme apresentadas abaixo:

Saúde

2024	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Estornos	Depósito Judicial	Saldo Final
Cíveis	251	119	-211	0	0,00	159
Trabalhistas	1.486	1.376	-627	-601	0,00	1.634
	<u>1.737</u>	<u>1.495</u>	<u>- 838</u>	<u>- 601</u>	<u>-</u>	<u>1.793</u>

Saúde

2023	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Estornos	Depósito Judicial	Saldo Final
Cíveis	27	809	-560	-25	0,00	251
Trabalhistas	1.414	1.642	-1.142	-428	0,00	1.486
	<u>1.441</u>	<u>2.451</u>	<u>- 1.702</u>	<u>- 453</u>	<u>-</u>	<u>1.737</u>

- **Cíveis** - Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade estava envolvida em reclamações cíveis, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R\$ 159 (R\$ 251 em 2023) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. As ações de natureza cível versam principalmente sobre erros médicos. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável, a Entidade constituiu provisão suficiente para o caso de eventual perda, não sendo esperadas perdas além dos valores já provisionados nas demonstrações financeiras.
- **Trabalhistas** - Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade estava envolvida em reclamações trabalhistas, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R\$ 1.634 (R\$ 1.486 em 2023) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável.

Processos com risco de perda possível

A Entidade é parte envolvida em ações de naturezas cível e trabalhista nos montantes respectivos de R\$ 162.557 e R\$ 11.267 em 2024 (R\$ 184.486 e R\$ 10.641 em 2023) que foram classificadas como perda possível pelos assessores jurídicos da Entidade, para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Hospital Casa de Saúde Stella Maris recebeu e foi notificado de processos administrativos abertos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo devido a questionamentos sobre as prestações de contas dos convênios SUS da localidade. A Administração está acompanhando e tomando as ações necessárias nesses processos com apoio de seus assessores jurídicos externos. Os valores expostos em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$ 87.527 (R\$ 116.539 em 2023) com risco de perda avaliado como possível, e encontram-se contidos nos totais expressos

17 Bens públicos em nosso poder

A Entidade possui bens públicos em seu poder (bens operados em comodato), no montante de R\$ 58.855 em 2024 e (R\$ 59.097 em 2023), que se refere a ativos imobilizados e valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina e já empregados na aquisição de ativos imobilizado e intangível, que, serão devolvidos a gestão pública quando do término do comodato datado de 24 de janeiro de 1995 com uso real do imóvel por 30 anos para o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, renovado em 12/2024 para mais 15 anos.

18 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27c da ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, incidentes sobre a receita (COFINS 3% - regime cumulativo). Em janeiro de 2017, conforme Procedimento Comum nº 5000615-45.2016.4.03.6103, foi concedida a imunidade quanto ao recolhimento da contribuição social para o Plano de Integração Social - PIS sobre folha de pagamento, extinguindo assim a obrigatoriedade do recolhimento a partir de fevereiro de 2017; e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros.

Isenção previdenciária usufruída

Em atendimento as determinações da Lei Complementar 187, de 16/12/21, são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidas fossem gozadas durante os exercícios de 2024 e 2023.

	2024	2023
COFINS	25.312	21.508
INSS 20% Parte Empresa	51.909	45.502
INSS 5,8% Terceiros	15.057	13.195
INSS 2% R.A.T.	5.192	4.550
INSS 20% Autônomos	387	354
	97.857	85.109

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

19 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais e formado pelos superávits e/ou déficits acumulados.

Está composto pelos superávits e/ou déficits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção dos objetivos sociais da Entidade, seja na ampliação e manutenção de suas instalações ou na prestação de serviços.

20 Receitas operacionais líquidas - saúde, assistência social e atividade sustentável

Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

	2024	2023
Receitas Operacionais - Saúde		
Pacientes de convênios	377.978	346.712
Pacientes particulares	46.401	40.774
Pacientes de SUS - Internados	132.637	110.909
Pacientes de SUS - Exames e pronto atendimento	56.315	50.909
Subvenções e Convênios Públicos	23.654	40.465
Outras Receitas Operacionais	336.307	272.902
	<u>973.292</u>	<u>862.671</u>
Deduções - Saúde		
Rejeição/glosa de convênio	(7.379)	(8.129)
	<u>(7.379)</u>	<u>(8.129)</u>
	<u>965.913</u>	<u>854.542</u>
Receitas Operacionais - Assistência Social		
Contribuições de Asilados	512	533
Subvenções e Convênios Públicos	3.316	2.365
Outras Receitas Operacionais	563	525
	<u>4.391</u>	<u>3.423</u>
	<u>4.391</u>	<u>3.423</u>
Receitas Operacionais - Atividade Sustentável		
Mensalidade de Clientes	7.489	6.452
Subvenções e Convênios Públicos	22	6
Outras Receitas Operacionais	2.358	2.181
	<u>9.869</u>	<u>8.639</u>
Deduções - Atividade Sustentável		
Reembolso a Clientes	(21)	(6)
	<u>(21)</u>	<u>(6)</u>
	<u>9.848</u>	<u>8.633</u>
Receita - trabalhos voluntários		
Trabalhos voluntários	46	35
	<u>46</u>	<u>35</u>
Totais receitas operacionais líquidas	<u>980.198</u>	<u>866.633</u>

21 Custos e despesas operacionais - saúde, assistência social e atividade sustentável

	2024	2023
Custos e despesas operacionais - Saúde		
Custo com Pessoal e encargos	278.525	253.868
Serviços de terceiros	199.270	175.596
Despesas gerais	436.028	374.811
	<u>913.823</u>	<u>804.275</u>
Custos e despesas operacionais - Assistência Social		
Custo com Pessoal e encargos	2.422	2.087
Serviços de terceiros	340	394
Despesas gerais	1.356	1.290
	<u>4.118</u>	<u>3.771</u>
Custos e despesas operacionais - Atividade Sustentável		
Custo com Pessoal e encargos	5.617	5.410
Serviços de terceiros	1.461	1.336
Despesas gerais	3.966	3.440
	<u>11.044</u>	<u>10.186</u>
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário		
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário	46	35
	<u>46</u>	<u>35</u>
	<u>929.031</u>	<u>818.267</u>

22 Remuneração da Administração

A Entidade não remunera sua Diretoria Estatutária nem suas conselheiras, conforme disposto no artigo 34 do Estatuto Social e como determina a Lei Complementar 187, de 16/12/21. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades em conformidade com o artigo 33 do Estatuto Social.

23 Outras receitas e despesas operacionais

Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

	2024	2023
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	7.436	4.888
Atendimentos Gratuitos	-	(9)
Outras Despesas	(222)	(402)
Depreciação	(22.666)	(20.269)
	<u>(15.452)</u>	<u>(15.792)</u>
Outras receitas e despesas operacionais – Assistência Social		
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	19	28
Depreciação	(98)	(88)
Outras Despesas	-	-
	<u>(79)</u>	<u>(60)</u>
Outras receitas e despesas operacionais – Atividade sustentável		
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	154	174
Depreciação	(735)	(698)
Outras Despesas	-	-
	<u>(581)</u>	<u>(524)</u>
	<u>(16.112)</u>	<u>(16.376)</u>

24 Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas financeiras - Saúde		
Rendimento de aplicações financeiras	1.549	1.242
Descontos obtidos	1.471	1.708
	<u>3.020</u>	<u>2.950</u>
Receitas financeiras – Assistência Social		
Tarifas bancárias, juros e descontos	5	-
	<u>5</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras – Atividade Sustentável		
Rendimento de aplicações financeiras	57	51
Tarifas bancárias, juros e descontos	-	-
	<u>57</u>	<u>51</u>
Total receitas financeiras	<u><u>3.082</u></u>	<u><u>3.001</u></u>
Despesas financeiras - Saúde		
Juros passivos	(3.380)	(3.821)
	<u>(3.380)</u>	<u>(3.821)</u>
Despesas financeiras – Assistência Social		
Juros passivos	-	-
Tarifas bancárias	(5)	(6)
	<u>(5)</u>	<u>(6)</u>
Despesas financeiras – Atividade Sustentável		
Descontos financeiros	(58)	(102)
	<u>(58)</u>	<u>(102)</u>
Total despesas financeiras	<u><u>(3.443)</u></u>	<u><u>(3.929)</u></u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>(361)</u></u>	<u><u>(928)</u></u>

25 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos a seguir, as políticas e os processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, subvenções governamentais e outras contas a receber.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	33.612	32.539
Contas a receber	130.213	92.100
Subvenções governamentais	20.963	21.665
Outras contas a receber	346	345
	185.134	146.649

- **Caixa e equivalentes** - A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.
- **Contas a receber e subvenções governamentais** - O risco de crédito é gerenciado pelos contratos ou convênios com órgãos governamentais, contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios, além de taxas de inscrições; por prestação de serviços no segmento assistencial, principalmente, mensalidades de serviços de moradia, hospedagens.

Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios da Entidade, sendo sua carteira pulverizada. A Entidade possui provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 3.948, calculada em função da política adotada durante o ano de 2023 e considerada suficiente frente aos seus riscos.

- **Outras contas a receber** - O risco de crédito de outras contas a receber é a incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. A Entidade avalia cada contraparte e gerência individualmente este risco, muitas vezes, possuindo garantias e/ou depósitos.

b. Risco com taxa de câmbio

Decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado por meio de empréstimos e financiamentos. Os saldos denominados em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial.

A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira, consubstanciada pelo financiamento de equipamentos hospitalares em dólar, não gera efeitos significativos em caso de valorização na taxa de câmbio em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

c. Risco de taxa de juros

A Entidade mantém parcela substancial das suas disponibilidades e de determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Cetip, com data base de 31 de dezembro de 2024, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 10,81% cenário provável para o ano de 2025. A Entidade realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário Real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Caixa e equivalentes			
Aplicações financeiras	32.961	32.961	32.961
Taxa anual estimada do CDI	10,81%	2,70%	5,41%
Efeito anual no caixa líquido	3.563	890	1.783

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando estas vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

2024			
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano 01-02 anos
Fornecedores	12	72.104	72.104
Empréstimos e financiamentos	13	6.429	0
		<u>78.533</u>	<u>78.533</u> <u>0</u>
2023			
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano 01-02 anos
Fornecedores	12	62.794	67.825
Empréstimos e financiamentos	13	5.131	4.601 530
		<u>67.925</u>	<u>72.426</u> <u>530</u>

e. Política de gestão de riscos

A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

f. Hierarquia de valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos financeiros	Classificação	Hierarquia de valor justo	2024	2023
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	650	394
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	32.962	32.144
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	130.213	92.100
Subvenções governamentais	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	20.963	21.655
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	336	345
Passivos financeiros	Classificação		2024	2023
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	72.104	62.794
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	6.429	5.131
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Nível 2	19.423	27.198

- (i) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como nível 2.

26 Voluntariado

Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconheceu no exercício de 2024 o trabalho voluntário pelo valor justo, contabilizado como gratuidade concedida e serviços voluntários obtidos, em contas de resultado nos seguintes grupos: receitas operacionais e custos e despesas operacionais.

Segue quadro com os valores contabilizados, por tipo de atividade, no exercício de 2024:

	2024		2023	
	Receita	Custo	Receita	Custo
Saúde	46	(46)	35	(35)
	46	(46)	35	(35)

27 Gratuidades concedidas

Assistência social

A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de idosos, possui serviço socioassistencial de alta complexidade inscrito no município de São José dos Campos, cuja filial apresenta anualmente ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) os seus respectivos: relatório de atividades e plano de ação. Segue abaixo o número de usuários que foram atendidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Assistencia Social

	2024	2023
Total de usuários	68	63

Saúde

A Entidade prestou serviços de saúde em hospitais, ambulatórios e outros equipamentos de saúde por meio de suas filiais constituídas para tal finalidade, sendo o seu percentual SUS composto por: internações medidas em paciente dia, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias de saúde.

Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS (Sistema Único de Saúde) em 60%, fixado pela **Lei Complementar 187, de 16/12/21**, o número total de atendimentos no exercício está assim representado:

	2024	2023
Paciente dia		
Atendimentos SUS	203.228	185.430
Não SUS	112.268	106.679
Atendimentos ambulatoriais		
Atendimento SUS	1.063.222	940.768
Não SUS	587.042	460.667
Resumo geral SUS		
	2024	2023
Participação pacientes dia	64,41%	63,48%
Ambulatório - Lei 12.101/2009 e Art. 19 da Portaria 834/2016	10,00%	10,00%
Ações Prioritárias - Lei 12.101/2009 e Art. 20 da Portaria 834/2016	6,00%	6,00%
Percentual de atendimento SUS	80,41 %	79,48 %

O percentual conclusivo obtido no atendimento ao SUS no exercício de 2024 foi de 80,41% (79,48% em 2023), atendimento superior ao requerido mínimo de 60% conforme estabelecido pela legislação.

Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

Conforme descrito na nota explicativa 1 (Contexto Operacional), a Entidade cumpriu o requisito de apresentar tempestivamente seus pedidos de renovação e recurso de decisão para a CEBAS, estando em conformidade com o preconizado **Lei Complementar 187, de 16/12/21**.

28 Informações qualitativas

A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela **Lei Complementar 187, de 16/12/21**, chamada “Lei da Filantropia”, e às demais regulamentações vigentes, nas áreas de sua atuação, saúde e assistência social, quanto à obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, a cada triênio, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelos respectivos Ministérios de cada área de sua atuação.

29 Outras informações

As declarações de isenção do imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos a revisão por autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

30 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2024 e 2023.

* * *

VILMA MARLENE
DE
ANDRADE:0261085
6890

Assinado de forma digital
por VILMA MARLENE DE
ANDRADE:02610856890
Dados: 2025.04.09
17:47:13 -03'00'

Vilma Marlene de Andrade
Presidente do Conselho de Administração

MARCOS PAIVA DE
OLIVEIRA:26304008
830

Digitally signed by MARCOS PAIVA DE
OLIVEIRA:26304008
DN: cn=CP (Brazil), ou=VideoConferencia,
ou=4107710000796, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RSB e CP AS, ou=sem
brasil, cn=MARCOS PAIVA DE
OLIVEIRA:26304008
Date: 2025.04.10 10:11:11 -0300'

Marcos Paiva de Oliveira
Diretor Executivo

IZILDA DE
ABREU:887691438
20

Digitally signed by IZILDA
DE ABREU:88769143820
Date: 2025.04.09 15:03:31
-03'00'

Izilda de Abreu
Contadora
CRC 1SP 185338/O-2